

## **O planejamento territorial no Brasil na década de 1970**

instituições, planos e políticas estaduais de estruturação da rede urbana e regional

Fabíola Castelo de Souza Cordovil/Programas de Pós-graduação em Geografia (PGE) e Arquitetura e Urbanismo (PPU) da Universidade Estadual de Maringá / GPHUC-UnB/CNPq:

### **RESUMO GERAL**

O entendimento sobre o processo de estruturação das redes urbanas contemporâneas no Brasil deve pressupor uma análise historiográfica dos efeitos de investimentos provenientes de recursos federais e as ações dos governos estaduais aliados ao contexto macroeconômico nacional e de construção de infraestruturas para industrialização que se deram a partir da década de 1950. Nesse sentido, até o final do período da ditadura civil-militar, o planejamento territorial no Brasil e as ações formuladas e/ou implementadas nos planos nacionais para o desenvolvimento econômico se alinham aos planos e políticas de desenvolvimento urbano-regional que se verificaram nos vários estados das cinco regiões do país e no distrito federal. Em sentido inverso, o processo de constituição do quadro técnico e administrativo municipal, percebido desde o século XIX, se desloca para os níveis superiores da federação e se estabelece como referência para o processo de institucionalização do urbanismo e do planejamento urbano em âmbito nacional e estadual.

Considerando que o período apresenta marchas e contramarchas distintas no que se refere à consolidação e às articulações das políticas urbano-regionais, com características de um possível processo dialético para a formação do quadro institucional nos três níveis federativos, propomos a realização desta Sessão Livre neste ENANPUR com a apresentação de trabalhos por pesquisadores/as que têm se debruçado sobre a temática, mas com atenção e foco principal na esfera dos estados e do distrito federal. O objetivo é reunir investigações no campo da história do urbanismo e do planejamento urbano-regional dedicadas a analisar o arcabouço institucional que se conforma na década de 1970, os planos e programas de governo propostos e executados, os investimentos estatais em infraestrutura e os seus resultados no espaço urbano-regional evidenciados em diferentes regiões e no distrito federal. Uma análise que não perde de vista as relações entre as ações nos estados e as formulações produzidas no âmbito do governo federal. Ao mesmo tempo, é fundamental compreender esse período-base da década de 1970 como parte de um processo histórico não linear e ao mesmo tempo conformado por rupturas, contradições e continuidades inerentes à institucionalização do urbanismo e do planejamento urbano-regional no governo federal desde a década de 1960 e até as últimas ações na década de 1980, antes da inflexão neoliberal na década de 1990. Ou seja, entender o planejamento territorial na década de 1970 em suas relações com a década de 1960 - quando se iniciou a institucionalização do urbanismo/planejamento urbano-regional no nível federal - e até o momento em que o estado brasileiro mantinha um papel central na construção de políticas urbanas e regional, na década de 1980.

Portanto, a Sessão Livre visa compartilhar reflexões a partir de investigações que venham discutindo a articulação entre as ações dos programas nacionais para o desenvolvimento econômico e sua interface urbano-regional com as políticas urbano-regionais nos estados brasileiros. Apesar de considerarmos um período maior, entre as décadas de 1960 e 1980, as análises são centradas na década de 1970, considerando o estudo das ações e planos estaduais e/ou regionais realizados ou propostos.

O escopo é a avaliação do período no qual se criaram e se robusteceram instituições voltadas para o planejamento territorial, efetivaram-se ações para integração viária e de outras infraestruturas, além de se viabilizarem a elaboração de planos urbanos e regionais. Nesses termos, a Sessão Livre está marcadamente interessada em debater três eixos principais em relação às instituições, planos e políticas federais de estruturação da rede urbana e regional: i) formação e consolidação do quadro institucional: a concepção das instituições estatais, a contribuição das consultorias, a articulação entre instituições municipais, estaduais e federais; ii) os planos e as suas referências teóricas: as concepções teóricas dos planos urbanos e regionais, ressonâncias e referências teóricas e urbanísticas nos planos municipais; iii) propostas e ações em infraestrutura: a construção das infraestruturas e das redes técnicas e urbanísticas e seus efeitos no território, as consequências socioeconômicas das políticas e ações setoriais.

Entre as apresentações propostas para esta Sessão Livre, reunimos abordagens que envolvem o planejamento urbano e regional no Paraná, entre as décadas de 1960 e 1970, a partir dos planos e das instituições criadas; as problemáticas físico-territoriais que se inauguram com a criação de Brasília e as orientações que nortearam os planos e as políticas na década posterior no Distrito Federal; o planejamento da Amazônia e a articulação entre as esferas de desenvolvimento e de planejamento, apontando as repercussões no território; as políticas federais de desenvolvimento da década de 1970 e os seus efeitos na estruturação da rede urbana paulista.

Por fim, importante observar que esta Sessão Livre, cujo tema central é o planejamento territorial no Brasil na década de 1970, mas com foco específico nas ações e institucionalidades dos estados brasileiros, está articulada a outra Sessão Livre intitulada “O planejamento territorial no Brasil na década de 1970: instituições, planos e políticas federais de estruturação da rede urbana e regional”, que também adota o tema geral sobre o planejamento territorial no Brasil na década de 1970, no entanto, abordará as ações e institucionalidades inerentes ao governo federal. Como mencionado, temos o interesse de problematizar as ações dos governos militares em âmbito nacional e suas articulações e desarticulações com as políticas e instituições dos governos estaduais, ainda que para a Sessão Livre apareçam apenas alguns estados. Uma proposta que, na sequência das apresentações e debates no ENANPUR, se manterá com a intenção de aprofundarmos as pesquisas para entendermos as ações da ditadura militar em relação à questão territorial e ao planejamento urbano-regional no Brasil, tanto na sua dimensão nacional, como parte (ou não) das políticas macroeconômicas de desenvolvimento, quanto em relação às ações estaduais de todas as regiões do país..

**TÍTULO DA PALESTRA 1: O PLANEJAMENTO TERRITORIAL DO PARANÁ NA DÉCADA DE 1970**

Fabíola Castelo de Souza Cordovil / Programas de Pós-graduação em Geografia (PGE) e Arquitetura e Urbanismo (PPU) da Universidade Estadual de Maringá:

Analizamos o planejamento territorial no Paraná na década de 1970, a partir das ações e/ou propostas do governo estadual oriundas da década precedente e as articulações com a Política de Desenvolvimento Urbano do Paraná (PDU/PR). A PDU/PR foi elaborada em 1973 e coordenada pelo Sistema Estadual de Planejamento, instituído no mesmo ano. O objetivo da PDU/PR era propor alternativas para o equilíbrio entre os centros urbanos mais dinâmicos que, naquele momento, se configuraram em torno da capital, Curitiba, nas centralidades compostas por Maringá e Londrina, nas existentes entre Cascavel e Guaíra e entre Cascavel e Foz do Iguaçu. Conforme consta nos relatórios e publicações governamentais, essas três centralidades formaram eixos principais em um sistema tripolar a Leste, Norte e Oeste do estado. Consideramos que a PDU/PR evidenciou o esforço do governo estadual em articular a sua política de desenvolvimento econômico e o planejamento urbano e regional a partir desses eixos de centralidades. O investimento no planejamento urbano ocorria desde a década de 1960, afirmado na elaboração e aprovação de planos urbanos e regionais subsidiados pelo estado, o que também se verificou na década seguinte.

**TÍTULO DA PALESTRA 2: BRASÍLIA, ANOS 1970: PLANOS E POLÍTICAS PARA O DISTRITO FEDERAL**

Maria Fernanda Derntl /Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB (PPGFAU-UnB):

Uma década após sua inauguração em 1960, a manutenção do ideário da cidade central versus cidades-satélites, que havia norteado os planos iniciais para organização do território do DF, mostra-se crescentemente problemática. Inicia-se então uma expansão metropolitana de caráter mais contínuo, com forte presença de ocupações irregulares e, a partir da segunda metade daquela década, com a criação de condomínios privados. Esta comunicação busca traçar um panorama dos planos e políticas elaborados no DF nesse período. A análise considera estudos e diagnósticos para erradicação de favelas intensificados em fins dos anos 1960 e o surgimento de iniciativas mais estruturadas para o planejamento físico-territorial, desde o PLANIDRO de 1970 e principalmente com o PEOT 1977. Conta-se ainda com registros do Seminário de Estudo dos Problemas Urbanos realizado em 1974, com a presença de Lucio Costa, autoridades de governo, pesquisadores e representantes da sociedade. A partir dessas fontes principais, e com apoio da bibliografia, destacam-se dilemas e problemas do planejamento do DF, que exigiriam rever algumas orientações da década anterior.

**TÍTULO DA PALESTRA 3: INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO E CONCENTRAÇÃO URBANA DO DESENVOLVIMENTO: O ESTADO DO AMAZONAS (1971-1979)**

Marcílio de Oliveira Sudério / Grupo de Pesquisa em História do Urbanismo e da Cidade (GPHUC-PPGFAU-UnB/CNPq):

O artigo apresenta um estudo de caso feito sobre o processo de desenvolvimento institucional dos órgãos de planejamento na Amazônia, especificamente em suas dinâmicas políticas, econômicas e territoriais no Estado do Amazonas entre 1971 e 1979, período que compreende a consolidação da cidade de Manaus como polo industrial. O texto objetiva elucidar sobre a articulação desenvolvida entre os entes de planejamento, o Governo Federal, a SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia e o Governo estadual, e de desenvolvimento, a SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus. A metodologia adotada teve como base a consulta e análise de fontes primárias, a exemplo dos planos de desenvolvimento apresentados em âmbito federal e pela SUDAM, os planos de governo do Estado do Amazonas e a revisão de literatura sobre a SUFRAMA. A oportunidade de análise possibilitou identificar movimentos na articulação entre as esferas de planejamento e desenvolvimento, que transitavam entre a solidariedade, competição e crítica aos rumos dados à economia amazonense e ao reforço da concentração do desenvolvimento econômico, majoritariamente, localizado na cidade capital em desconexão produtiva com o vasto território interiorano.

**TÍTULO DA PALESTRA 4: REDE URBANA NO SÉCULO XX: AÇÕES E INTERPRETAÇÕES A PARTIR DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Jeferson Tavares / Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP:

O objetivo central é discutir as origens da conformação da rede urbana paulista à luz das políticas públicas federais de desenvolvimento e compreender as interpretações possíveis, suas aproximações, limites e divergências. Frequentemente, a rede urbana do século XX é observada a partir das relações de trabalho, dos sistemas que são formados por cidades e pela conformação regional definida pela influência de lugares centrais. No contexto paulista, a partir dos anos 1960, a rede urbana pode ser caracterizada pela hierarquia, pelas centralidades e pela divisão funcional que a distingue de outras porções do território nacional pela complexidade derivada da atividade industrial. Nos anos 1970, os planos e ações implantados pelo governo federal e estadual proporcionaram a interiorização de infraestrutura e das atividades privadas para um raio aproximado de 150 km em relação à capital São Paulo. Mas, também consolidaram um sistema de cidades que possibilitou a intensificação das influências regionais. Esses fatores conferem a atual identidade do estado por uma fragmentação entre Macrometrópole e Interior minimizando os fatores históricos e os recursos naturais que estiveram na base dessa conformação. E está caracterizada por serviços especializados (principalmente de saúde e de turismo); pela profusão de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas seguindo a tendência competitiva nacional; e pelo agravamento das questões

ambientais (climáticas e hídricas) pelo agronegócio. Como estrutura, polos e eixos permanecem há um século orientando essas transformações.